



ENTREVISTA

João Vieira Lopes presidente da CCP
- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

“Preferimos eleições antecipadas a uma instabilidade permanente”

Texto: ELISABETE MIRANDA
e SÓNIA M. LOURENÇO
Foto: NUNO BOTELHO

Se a ‘geringonça’ se desentender durante as negociações para o próximo Orçamento do Estado (OE), os empresários preferem que se marquem eleições antecipadas do que ter um Governo refém de um acordo parlamentar precário e instável com o PSD. Em entrevista ao Expresso, João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) e um dos patrões que assinou o acordo de concertação social sobre a revisão do Código do Trabalho, avisa António Costa de que compete a ele garantir que o acordo não é desvirtuado no Parlamento, sob pena de ter a sua credibilidade em risco. Sobre o salário mínimo extra temporâneo falar mas sempre vai dizendo que, se o sector da indústria acha que pode pagar mais do que €600, então que pague.

■ Aproxima-se o Orçamento do Estado. Está preocupado com as tensões no seio da ‘geringonça’?

■ O OE ou é ou não é aprovado. Se não o for, o Presidente da República foi claro e o primeiro-ministro também: haverá eleições.

■ Para os empresários é melhor que haja eleições antecipadas ou um acordo temporário com o PSD?

■ Preferimos que haja eleições que clarifiquem [a situação], a uma instabilidade permanente. É positivo que as legislaturas se completem, por uma questão de estabilidade mas, se os partidos não se entenderem, faz mais sentido haver eleições.

■ A chegada de Rui Rio ao PSD permi-

tiu ao Governo aproximar-se mais do sector empresarial?

■ Achamos positivo que os partidos políticos dialoguem sobre os projetos nacionais e questões transversais. O PSD, tradicionalmente, tem tido alguma sensibilidade aos problemas das empresas e, por isso, haverá propostas mais próximas das associações empresariais. Mas até às eleições vai ser tudo muito complicado, porque cada partido vai querer apresentar-se como o verdadeiro defensor dos interesses do eleitor, e as preocupações das empresas não vão estar no topo das preocupações porque não dão votos.

■ Não dão votos? Acha que os empresários não formam a opinião pública em Portugal?

■ Não dão votos no seguinte sentido: os aparelhos partidários estão mais preocupados com os eleitorados locais e o nosso grande receio é que sobre para as empresas, porque é preciso manter o défice. São receios permanentes.

■ Têm feito uma avaliação positiva do Governo. Este último ano arrisca manchar os três anteriores?

■ O que está feito está feito. Globalmente pensamos que esta solução governativa permitiu trabalhar em várias áreas, mas há outras em que não permitiu — é o caso dos fundos europeus, onde, apesar das parangonas de que somos o país com melhor execução da Europa, continua a haver dificuldades burocráticas de fazer chegar os fundos à economia. Uma coisa é abrir concursos, outra é a liquidez que entra na economia, e desse ponto de vista este Governo foi uma desilusão bastante grande em relação às expectativas.

■ E o que correu bem?

■ Há aspetos que valorizamos, por exemplo, sempre defendemos que era impossível Portugal tornar-se uma espécie de Singapura exportadora e era preciso valorizar o mercado interno. Essa desvalorização foi uma das razões para o chamado plano de ajustamento ter tomado as proporções que tomou em termos de desemprego e encerramento de empresas. Tem de haver harmonia entre mercado interno e exportador. Sob este ponto de vista, valorizamos a atuação desta solução governativa.

■ As reposições remuneratórias, a descida do IRS?

■ Tudo o que seja aumentar o poder de compra, para o comércio e serviços é positivo. Agora, somos muito céticos em relação a Portugal poder ter um relançamento económico forte com o serviço de dívida que temos e as limitações do Tratado Orçamental.

■ Defende a reestruturação da dívida? Suspensão do Tratado Orçamental?

■ O Tratado Orçamental é um desastre e devia ser alterado. E devia encontrar-se em termos europeus uma fórmula para resolver o problema da dívida dos países do sul da Europa. Ninguém pode fazê-lo isoladamente, nem pode haver atitudes quixotescas, mas devia trabalhar-se muito mais neste sentido. O que nos preocupa é que o modelo económico português basicamente não se alterou e não vemos da parte da Europa abertura para flexibilizar um conjunto de políticas. Portugal necessita dos fundos europeus e de uma política mais aberta para facilitar a capitalização das empresas, que é um problema estrutural. A banca portuguesa é muito antiquada, vive do crédito imobiliário e de empréstimos a curto prazo, tem pouca tradição de



investir de forma sistemática a longo prazo, não sabe apoiar projetos intangíveis. Quem quiser arrancar com uma startup pode ter de dar como garantia a sua casa ou a dos pais.

■ A banca tem elevados níveis de crédito malparado de empresas.

■ Mas grande parte disso resultou de má gestão da banca: permitiu créditos a empresas que não tinham sustentabilidade e houve favoritismos políticos.

■ Do que é que as empresas precisam em termos de capitalização e financiamento?

■ É precisa legislação mais favorável para incentivar os empresários a colocar o capital próprio em vez de financiamento bancário.

■ Tem havido alterações nesse sentido.

■ Tem, e positivas, mas são insuficientes. Depois, é preciso também forçar uma mudança de cultura dos empresários. Basta ver que as empresas portuguesas são das que distribuem

maior percentagem de dividendos em vez de reforçar capitais.

■ Que outras medidas propõem para o OE?

■ É importante baixar o IRC. Provavelmente não há condições políticas para baixar a taxa nominal, mas então baixem-se as tributações autónomas, que representam 20% da receita. Além disso, esperamos que desta vez levem a sério a extinção do pagamento especial por conta. Está previsto terminar a 1 de janeiro de 2019, agora esperemos é que não inventem outra coisa a seguir com o mesmo efeito, como é tradição em Portugal. Por outro lado, também é fundamental voltarmos ao regime anterior de 2012 dos pagamentos por conta, em que só havia um pagamento.

■ No ano passado o Governo recusou essas propostas. Este ano acha que tem mais pernas para andar?

■ Nós gostaríamos que o Governo entrasse com isso em conta, porque o impacto financeiro destas medidas se calhar é análoga a outras, noutras áreas.

“Alterar a legislação laboral não resolve problema nenhum”

A precariedade laboral em Portugal não se resolve com mudanças na legislação, defende João Vieira Lopes. O presidente da CCP considera que ultrapassar o problema passa por fiscalização adequada, mas os Governos revelaram-se “incapazes”.

■ As alterações à legislação laboral estão a aquecer o ambiente político, com muitas críticas dos partidos mais à esquerda, e até do PS, ao acordo alcançado na concertação social. Tem uma desvirtuação do acordo?

■ Um acordo assinado pelo primeiro-ministro, em princípio, merece-nos credibilidade. Quem tem de garantir apoio parlamentar para o acordo é o Governo. Há dois anos, fizemos um acordo na concertação social que acabou por não passar por causa da descida da TSU. O Governo não conseguiu garantir a maioria parlamentar necessária. Agora, dissemos clara-

mente que esperávamos que conseguísse garantir o apoio a este acordo sem ser desvirtuado. O Governo criou uma responsabilidade ao assinar este acordo. Se não conseguir cumprir, a credibilidade fica afetada. A credibilidade da própria concertação social fica posta em causa e não vemos possibilidade até ao fim desta legislatura de assinar mais qualquer acordo.

■ O PS acabou de viabilizar, na generalidade, propostas do BE e do PCP. Desvirtuam já o acordo?

■ Tudo depende de como forem regulamentadas, ou seja, como forem passadas ao concreto. Depende da versão final que sair da discussão na especialidade.

■ Quais são as linhas vermelhas para a CCP? De que é que não prescindem?

■ Não prescindimos de nada. Assinamos um acordo com o Governo.

É um acordo moderado. A CCP considerava, tendo em conta a situação económica e a baixa do desemprego, que o melhor era não mexer na legislação laboral. Todas as mexidas feitas representam concessões da parte do tecido empresarial.

■ Alguns especialistas dizem que as medidas vão no sentido contrário do pretendido, é que combater a precariedade...

■ Estas medidas vão no sentido de introduzir limitações à contratação a termo.

■ Mas há o alargamento dos contratos de muito curta duração, uma medida muito defendida pela CCP...

■ Era absurdo aplicarem-se contratos de muito curta duração apenas ao turismo e à agricultura. Nas zonas turísticas, ou em altura de eventos, o comércio tem o mesmo problema.

■ É uma medida muito criticada pelos partidos mais à esquerda...

■ O enquadramento legal que existia para os contratos a termo era mais do que suficiente. Agora, os Governos revelaram-se incapazes de fiscalizar adequadamente. A legislação não resolve problema algum. Nem esta nem outra.

■ Não vai resolver o problema da precariedade? O que é que resolve?

■ Acima de tudo, fiscalize-se. É como o trabalho temporário. Há empresas que abusam do trabalho temporário. É verdade. Então, fiscalize-se.

■ Como explica que tenhamos níveis tão elevados de precariedade? Somos um dos países da Europa onde se recorre mais a contratos a prazo.

■ Sempre defendemos o aumento do período experimental porque temos a ideia, fundamentada no contacto com as empresas, que muitas empre-

sas usam os contratos a termo como período experimental. Pensamos que isso evitaria muitos contratos a termo. Mas este problema não pode ser visto isoladamente. Por exemplo, outros países da Europa têm despedimento por razões económicas, coisa que em Portugal não há. O contrato a termo é um instrumento de gestão que as empresas usam.

■ Portugal é dos países da OCDE onde é mais fácil fazer um despedimento coletivo...

■ O despedimento é uma questão constitucional, é um problema que não discutimos. Nos aspetos da decisão política que saem fora do nosso âmbito, não nos pronunciamos. Por isso, fomos provavelmente a única confederação que não se pronunciou sobre o formato deste Governo. Nasceram no PREC, negociamos com qualquer Governo.



ACERCA DE...

CONCERTAÇÃO SOCIAL

“Se o Governo não cumprir o acordo, a sua credibilidade fica afetada”

CÓDIGO DO TRABALHO

“A precariedade é um problema de fiscalização, não de lei”

FINANCIAMENTO

“A banca portuguesa é muito antiquada”

FUNDOS EUROPEUS

“Este Governo foi uma desilusão bastante grande nos fundos”

ECONOMIA

“O modelo económico português não se alterou”

ELEIÇÕES

“Nascemos no PREC, negociamos com qualquer Governo”

“Se a indústria consegue pagar acima do salário mínimo, que pague”

João Vieira Lopes critica que se apresente valores para o salário mínimo como “uma espécie de leilão”. Depois de António Saraiva, presidente da CIP, ter avançado que os patrões podem ir além dos €600 na proposta para 2019, desafia a indústria a pagar mais.

■ António Saraiva, presidente da CIP, disse que os patrões poderão ir além dos €600 na proposta para o salário mínimo em 2019. Foi apanhado desprevenido ou a CCP alinha com esta posição?

■ Todos os anos tomamos uma posição em função da ponderação de três indicadores: produtividade, crescimento da economia e inflação. Normalmente, só a partir de setembro se consegue ter uma ideia destes valores e, portanto, só nos pronunciamos nessa altura. O aumento do salário mínimo muito acima destes indicadores um ano ou outro tem sentido, mas de forma continuada tem duas consequências. Primeiro, o número de pessoas com salário mínimo aumenta muito. E, segundo, há o esmagamento de uma série de categorias profissionais em termos dos contratos coletivos de trabalho, o que dificulta às empresas premiar a melhor execução e a melhor qualificação.

■ E tem crescido muito acima desses indicadores nos últimos anos?

■ Tem crescido 4% a 5% ao ano. É evidente que nos anos da *troika* esteve congelado. Mesmo nessa altura defendemos que devia haver aumentos. Agora, manter isso de forma sistemática acaba por ter um efeito perverso.

■ Isso significa que foi apanhado desprevenido pelas declarações de António Saraiva?

■ Os sectores têm potencialidades diferentes em termos de salário mínimo. Por exemplo, no quadro da CCP, os transportes, o automóvel, ou as novas tecnologias, pagam acima do salário mínimo. Mas também temos sectores de mão de obra intensiva, como a limpeza e outros serviços às empresas, que têm um peso muito grande do salário mínimo. Se a indústria acha que tem condições para pagar acima do salário mínimo, achamos muito bem que pague. Mas esses pagamentos devem ser negociados na contratação coletiva, sector a sector. O salário mínimo é um denominador comum mínimo.

■ Há sectores que não têm condições para esse aumento?

■ Nunca defendemos uma posição antes de setembro. E achamos negativo que se trate o salário mínimo como uma espécie de leilão por razões políticas, em que os partidos políticos e os sindicatos apresentam valores e não têm fundamentação económica.

■ A situação económica melhorou, o desemprego desceu para níveis que há muito não eram vistos e há sectores que começam a ter dificuldade em contratar. Isso obriga a subir salários?

■ Há falta de mão de obra qualificada numa série de profissões especializadas, desde a construção, à informática e às novas tecnologias. Mas, aí as empresas pagam os salários que podem.